

**I CONGRESSO
DAS
ESCOLAS CATÓLICAS**

Fátima

13 a 15 Novembro 2003

Escola Católica e a interrelação com sistemas educativos

Joaquim Azevedo

Em primeiro lugar, quero felicitar a Associação Portuguesa das Escolas Católicas por esta muito importante e inadiável iniciativa. Ela há-de constituir um marco na afirmação desta presença específica na educação em Portugal, ao longo de toda a sua história.

Pedi-me a ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DAS ESCOLAS CATÓLICAS para tratar neste seu I Congresso Nacional a temática da "Escola Católica e a interpelação aos sistemas educativos". Embora a encomenda esteja apenas vagamente desenhada, procurei interpretar o melhor que soube o desafio nela contido.

Dividi esta comunicação em duas partes: a primeira aborda sinteticamente algumas das principais especificidades da escola católica; a segunda procura enunciar um conjunto de desafios que esta mesma realidade da escola católica que está em Portugal lança à educação e às políticas educativas.

Por vezes, ao enunciar estes desafios, fiquei com o sentimento de que alguns deles, nascendo na escola católica, a ela regressam como interpelações que não podemos recusar, sob pena de cairmos num grave erro que consiste em considerarmos a escola católica que está em Portugal como um fruto maduro, uma expressão acabada da comunidade eclesial.

Para falarmos das principais características da escola católica, vou seguir de perto aquilo que esclarece a Congregação para a Educação Católica.

1. A escola católica configura-se como **escola para a pessoa e das pessoas**. O Papa João Paulo II disse: "A pessoa de cada um, nas suas necessidades materiais e espirituais, é o centro do magistério de Jesus: por isso o fim da escola católica é a promoção da pessoa humana". Tal afirmação, pondo em evidência a relação do homem com Cristo, recorda que na sua pessoa se encontra a plenitude da verdade sobre o homem. A pessoa, cada pessoa humana ocupa, por isso, o centro do projecto educativo da escola católica.

* João Paulo II, Discurso ao Encontro Nacional da Escola Católica na Itália, L'Observatore Romano, 24-12-1991, p.4.

Podemos e devemos, numa atitude reflexiva, admitir que a escola católica que há em Portugal, num contexto em que não há verdadeira liberdade de ensinar e de aprender, tem deslizado aqui e ali para uma redução da educação a aspectos muito técnicos e funcionais. Ora, o risco é grande de vermos a escola católica envolvida na pretensa neutralidade da educação escolar. Quantas vezes, pela obrigação de conviver e até alinhar com a escola estatal e as suas normas, a escola católica é levada a esquecer que a educação pressupõe e comporta sempre uma determinada concepção do homem e da vida e que o seu projecto educativo está inspirado no Evangelho, colocando no centro a pessoa, na sua complexa identidade, transcendental e histórica.

2. A escola católica, **parte integrante da comunidade eclesial, realiza no seu projecto educativo a síntese entre fé e cultura.** O esforço para conjugar razão e fé, que é a alma de cada uma das disciplinas, unifica-as, articula-as e coordena-as, fazendo emergir, no interior do saber escolar, a visão cristã do mundo e da vida, da cultura e da história. Cada disciplina, na escola católica, não representa apenas um saber que é preciso adquirir, mas também representa valores para assimilar e verdades para descobrir. Os professores neste processo educativo, autênticos mestres de saber e de vida, devem ser imagens, certamente imperfeitas, mas não afastadas, do único Mestre.

Magnas são as questões culturais dos dias de hoje, precisamente dias de transição cultural, que permanecem por vezes longe do contacto com os valores da fé cristã. E o seu discernimento a esta luz poderia contribuir para um amadurecimento humano mais profundo e mais portador de sentido para a vida de cada educando.

3. A escola católica, ainda na sua dimensão eclesial, **é uma escola para todos, especialmente para os mais débeis,** aqueles a quem as sociedades vão excluindo chamando-lhes desde logo excluídos. A história mostra-nos que grande parte das instituições educativas escolares católicas nasceram como resposta às necessidades dos sectores socialmente mais desfavorecidos, foram obra da caridade e do amor.

A escola católica deve também hoje dirigir a sua atenção, com espírito de amor, aos novos pobres: essas crianças abandonadas por pais que seguem os caminhos

da droga ou da delinquência, as crianças sem amparo familiar adequado e, por isso, sem o apoio nuclear do amor que apenas brota na família, as crianças e jovens que vivem em situações de pobreza extrema, sem condições para chegar em condições dignas a qualquer escola e a qualquer educação, as crianças e os jovens que se deixam escravizar pelos novos ídolos do consumo, desprovidas de uma palavra e de um exemplo que as oriente para um ideal humano e digno de vida.

Esta abertura a todos deve coexistir com a qualidade e a busca permanente da excelência dos projectos e dos resultados educativos. Uma escola católica aberta a todos, os mais favorecidos e os mais desfavorecidos, significa uma escola que a todos educa com a mesma atenção e perseverança, sob a orientação do mesmo Mestre, que procura a qualidade e a dedicação em cada acto, que ninguém rejeita e a todos oferece o caminho da fé cristã.

4. A escola católica, e esta é outra das características, não é **uma escola isolada** que, porque privada, se priva do debate público sobre a educação e sobre a liberdade de educar, sobre a cultura contemporânea e as derivas e esperanças que hoje alimentamos, sobre a família e o seu lugar primordial na educação. **O espaço e papel públicos da escola católica** derivam antes de mais do facto de serem expressão da comunidade eclesial e da sua missão evangelizadora. A escola católica é pública por natureza e desenvolve, além disso, serviços de utilidade pública, abrindo-se a todos os que "demonstram apreciar e partilhar uma proposta educativa qualificada" como diz a Congregação para a Educação Católica.

A escola católica deve estabelecer, por isso, um diálogo sereno e construtivo com os Estados e com a sociedade civil, com base no respeito mútuo, no reconhecimento recíproco dos papéis específicos e no serviço comum ao desenvolvimento do ser humano.

Este diálogo, entre nós, tem sido difícil sobretudo porque existe e persiste uma manifesta desigualdade no tratamento que o Estado dá às escolas ditas "públicas", as do Estado, e às escolas ditas "privadas", todas as outras. Esta verdade indelével coexiste, é bom lembrá-lo, com uma enorme dificuldade em as escolas ditas "privadas", entre as quais estão as escolas católicas, afirmarem a sua

especificidade como **escolas livres**, instituições que respondam antes de mais ao apelo humano mais nobre que deriva do direito de cada pessoa receber uma educação adequada, segundo a sua livre opção.

A resposta irrecusável a este direito fundamental do ser humano por parte da escola católica, não nos deve fortalecer na luta pela liberdade de ensino? Certamente que sim.

5. A escola católica, por fim, é também **uma escola comunidade**. A dimensão comunitária da escola católica não é uma mera categoria sociológica ou uma moda pedagógica, tem um fundamento teológico, como já afirmamos no ponto anterior.

Os educadores, em primeiro lugar, exercem uma actividade com um extraordinário peso moral, uma das mais elevadas e criativas do ser humano. A relação pessoal entre educador e educando tem uma importância central na escola católica, onde os educadores participam, não o podemos esquecer, na própria missão da Igreja.

Depois os pais, primeiros e naturais responsáveis pela educação dos filhos, desempenham também um papel nuclear nesta comunidade. A escola católica deveria ser um exemplo da escola que chama e acolhe os pais, em vez de os afastar, que os incentiva a participar no projecto educativo, cada um conforme as suas possibilidades. Só assim, com uma ampla, aberta e incentivada participação dos pais, se poderá caminhar em ordem à personalização educativa, única via que torna eficaz o processo educativo.

A escola católica, assim brevemente descrita em cinco das suas especificidades, é um desafio, antes de mais, para as próprias escolas católicas que existem em Portugal e também para todo o sistema educativo português.

Este desafio pode situar-se em quatro planos: o da escola como comunidade, o da coerência, o da liberdade e o do combate à neutralidade. Vejamos cada um deles, também de modo breve.

1. O primeiro é o da **visão da escola como comunidade**. Comunidade de pessoas, adultos e crianças e jovens, que aprendem, que aprendem a fazer,

que aprendem a ser, que aprendem a viver juntos, para retomar os pilares enunciados pela UNESCO para a educação do futuro.

A dimensão comunitária da existência humana está a perder densidade e riqueza, em nome do individualismo e como consequência da inclusão social de uns tantos e da exclusão de muitos outros, da fragmentação cultural e da crise da família.

Ora, a escola é, na actualidade, a instituição social que mais pode construir laços e melhor pode manter vínculos sociais, desde que actue com essa intenção e que o faça de modo muito integrado nas comunidades locais. Não é isso, como sabemos, o que acontece, como regra, no dia-a-dia.

A solidariedade é um dos valores que mais deveriam emergir na escola, no contexto de "desertificação relacional" que nos envolve, a par de outros valores como a tolerância e a paz, a ecologia e o desenvolvimento sustentável. A escola é uma instituição social única, que detém a maior parte do tempo social de cada ser humano, desde a infância à idade adulta. As suas responsabilidades sociais e comunitárias são, por isso, muito diferentes das que sobre ela caíam há trinta anos atrás. Assim saibamos dotar as escolas de hoje de um **novo quadro institucional**, com novos profissionais e com uma viva participação comunitária. Este talvez seja o maior dos reptos que temos diante de nós, porque queiramos ou não, **temos de reinventar a instituição educativa escolar**.

Depois de tantas décadas a cultivar a relação vertical e hierárquica, as escolas podem e devem deixar o casulo e aprender a abrir-se, durante os anos necessários, numa relação territorial e comunitária, onde se afirme como casa de humanidade aberta a todos os cidadãos, durante toda a sua vida.

2. O segundo é o **plano da coerência**. Como tenho afirmado repetidamente, as escolas são instituições que vivem dramaticamente uma demasiado exposta falsidade, que corrói a sua missão educativa. Os vários mandatos sociais esperam que elas sejam um modelo e elas são outro. Elas dizem ser uma coisa e são outra, anunciam-se como as portadoras da "educação integral do ser humano" e são mais parecidas com linhas de fabrico de exames e de pautas.

Elas dizem-se educadoras e acolhedoras de todos os portugueses e, na realidade, seleccionam-nos, sem piedade, marcando-os negativa e positivamente para a vida, rejeitando aqueles (e são muitos milhares todos os anos) que são os mais pobres e os mais necessitados de todos os apoios. Melhor seria que as nossas escolas, todas elas, tivessem inscrita à entrada, em letras bem gordas, "Não olhes para o que eu faço, presta atenção apenas ao que eu digo". O mesmo se deveria fazer no início de cada portaria ou decreto-lei e sobretudo, na própria Lei de Bases da Educação. O mesmo se diga de cada projecto educativo, autênticos rosários de bem-querer, que, confrontados com o quotidiano escolar, são os melhores exemplos de incoerência institucional.

Ora, importa colocar, entre outras, esta questão: como pode uma instituição que sabe que vive esta falsidade, que faz o que diz que não quer fazer e que o que se propõe fazer tem dificuldade em concretizar, como pode esta instituição ser positivamente educativa?

Vivemos difíceis e simultaneamente maravilhosos tempos de transição cultural. As instituições escolares, como disse, têm de se reconstruir institucionalmente se querem ser capazes de responder aos desafios que se colocam a si próprias e às expectativas que as comunidades nelas depositam. A escola católica, a meu ver, pode e deve estar na primeira linha desta reconstrução institucional antes de mais por uma questão de coerência evangélica. Educar hoje, todas e cada uma das nossas crianças e jovens, implica instruir e bem, mas implica acompanhá-los sem hesitação na busca do sentido da vida, de encontro ao outro e ao transcendente.

A paixão e o amor educativos, expressão do amor de Cristo pelos pobres e pelos pequenos, são por vezes difíceis de encontrar nas nossas escolas, demasiado concentradas nas técnicas de ensino e na burocracia escolar. A escola católica que está em Portugal tem, neste domínio, talvez o maior repto que alguma vez enfrentou. No momento em que as respostas institucionalizadas que o Estado desenvolveu para acolher as crianças desprovidas de meio familiar adequado dão mostras de claro insucesso, com graves implicações sociais, a escola católica não pode olhar para o lado, mas antes olhar estas crianças como aquelas a que Cristo deu a maior e a melhor das atenções,

criando respostas oportunas e oferecendo-se para desenvolver novos serviços educativos, neste Portugal tão mudado e tão atarantado, como o que somos hoje.

A caridade e o amor não podem ficar para mais tarde. Na escola católica que há em Portugal deveria haver capacidade para actuar mais prontamente e com mais desprendimento, na hora difícil que o país atravessa. “Onde estás, que tanto preciso de ti? Onde estás, quando há tantas crianças desamparadas à minha procura?”, poderá Cristo estar a perguntar em cada hora que passa e quando estamos tão ocupados e cuidar dos filhos dos mais favorecidos e dos que já puderam contactar de vários modos com a beleza da fé cristã.

3. O terceiro elemento deste desafio é o da **liberdade**. Como todos sabemos, a educação da pessoa humana compete originariamente à família. Cada família deve por isso poder educar os seus filhos segundo a visão da vida que considera como sendo verdadeira e portadora de mais humanidade para cada ser humano.

Sendo assim, o primeiro dever do Estado não é o de formular propostas educativas nem o de educar, mas o de fazer com que todos e cada um dos cidadãos possam ser educados em liberdade. Às escolas tem de ser reconhecida autonomia e às famílias a liberdade de escolher a educação dos seus filhos. Na emergência da dimensão educativa de cada escola, a família há-de ser o seu interlocutor directo e fundamental.

Vivemos, como já disse, num contexto em que o Estado pretende continuar a ser onnipresente, onnisciente e onnipotente. Temos de o combater, sem hesitações. A escola católica que está em Portugal tem de continuar a afirmar-se, como escola coerente, mas também como escola livre, o que é um desafio maior.

Como referi, o seu exemplo de luta pela liberdade e pela autonomia, a par de uma reconfiguração institucional profunda do seu modo de ser casa de educação e casa de humanidade, pode tornar-se um caminho a seguir por muitas escolas estatais.

Permitam-me que pergunte: dadas as escolhas que há para fazer e os caminhos que ainda falta percorrer, ambos bem visíveis, porque é que as escolas católicas não cooperam mais entre si e não se articulam em redes de projectos de melhoria, em redes de entreajuda e de intercâmbio de boas práticas, em redes solidárias de prestação do mesmo serviço educativo?

4. O quarto desafio é o do **combate à neutralidade da educação e pela revelação de uma ética fundadora**. Não há escolas neutras, não há professores neutros, não há espaços escolares neutros, não há alunos neutros, sem sal, "pessoas tanto faz", assim como não existe uma gestão neutra das instituições escolares. A escola não é neutra no que diz, no que transmite nem no modo como transmite, não é neutra nas omissões, no que silencia, nem no que sabe e revela. Os professores não são neutros desde o modo como olham, ao cuidado com que acolhem, desde o modo como organizam as turmas à maneira como distribuem o serviço docente, desde o modo como promovem cada aluno à maneira como aguardam silenciosamente que alguns deles desistam.

A escola pública neutra é uma falácia. À conta desta ideologia desvalorizamos, anos a fio a educação dos valores e em valores, deixamos que o deserto educativo invadisse a educação escolar, que os professores se tornassem funcionários mais ou menos técnicos desinteressados e as escolas se transformassem em instituições fabris de produção de pautas e de resultados quantitativos.

Este mito de neutralidade precisa de ser combatido em nome da própria educação e do seu corolário que é a liberdade pois, embora não pareça, ele sustenta em boa parte a lógica que preside à intervenção do Estado na educação.

A escola católica não pode deixar de proporcionar aos jovens uma educação que, como diz o Papa João Paulo II, "tenha em consideração as realidades humanas e espirituais da sua existência e os ajude a viver entre jovens de

religiões e ambientes sociais diferentes(*) e que “situe o saber no horizonte da fé, para que ele se torne uma sabedoria de vida e conduza os homens à verdadeira felicidade, que só Deus pode dar” (**).

A escola católica deve ser exemplo de uma escola preocupada e ocupada na educação para os valores e em valores, aqueles que recolhe do Evangelho e da Igreja e aqueles que a humanidade decanta do que mais e melhor contribuiu até hoje para a realização e a felicidade do ser humano.

Os tempos que vivemos não são bons para a ética e para discursos sobre virtudes. Consola-nos, entre outros, o facto de nunca o terem sido, ao longo da história. Sempre houve “crises de valores”, como se diz. Para muitos, viver envolvidos em questões éticas é um inferno. Para esses, é muito melhor e mais fácil viver mergulhado no paraíso das questões técnicas. Por isso, a educação se tornou tão técnica, por isso o Ministério da Educação emite tantas centenas de decretos, portarias, despachos e circulares. Eles são a prisão e a segurança técnica. Tanto securizam que não dão tempo nem espaço para a emergência das questões de sentido axiológico! As referências técnicas são o firmamento de um mundo fácil, de uma educação pouco problemática, ou se preferirem, cheia de problemas, tantos e tão variados que requerem uma multiplicidade gigantesca de soluções técnicas, cada vez mais dirigidas pelo lema da eficácia.

Pobres soluções estas, as que se desenham maioritariamente nos tempos que vivemos. Em educação, nenhuma opção técnica foge das escolhas éticas. Por mais que estas se escondam, como faz tão diligentemente a administração educacional, elas hão-de regressar sempre, a exigir tempo, ponderação, lentidão, energia, vontade, determinação interior, assunção de responsabilidades.

* Discurso do Papa João Paulo II aos Bispos de Chade.

** Discurso do Papa João Paulo II ao Director-Geral da UNESCO, Agosto de 1999.

Faço votos para que, na escola católica que há em Portugal, a preocupação e a ocupação ética se sobreponham às questões técnicas, desde os mais pequenos gestos às questões mais institucionais. Que a alegria que resulta do trabalho e da dedicação, da pesquisa e da descoberta, a alegria de viver e de cada um se sentir alguém, com uma vida para viver em paz com os demais, que o brilho nos olhos que se manifesta livremente nas descobertas que se fazem na escola, na alma do poema que se consegue alcançar, no quadro teórico que se conseguiu abarcar, no problema que enfim se conseguiu resolver, que essa alegria transborde, pois é isso que se espera que ocorra em todas as escolas, casas de um personalismo vivo, efervescente incandescente até!

Ficam estes desafios. Como referi acima, eles não são apenas desafios para as “outras” escolas. São também fortes interpelações para as escolas católicas, estas instituições a que o país tanto deve, exactamente as mesmas de quem o país tanto espera!

Obrigado pela vossa atenção.

Fátima, 15 de Novembro de 2003